



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA

Anticorrupção - Transparência - Integridade

DÍVIDAS OCULTAS



Edição nº 2 | 24 Maio de 2023 | Distribuição gratuita

Tribunal Constitucional sul-africano nega recurso a Moçambique e Manuel Chang será extraditado para os EUA

Por: [Borges Nhamirre*](#)

A Procuradoria-Geral da República (PGR) esgotou todos os recursos na justiça sul-africana para trazer Manuel Chang para Moçambique. E perdeu. O Tribunal Constitucional da África do Sul acaba de negar o último recurso a Moçambique e já não há mais nada a fazer. Agora resta ao ministro da Justiça e Serviços Correccionais, Ronald Lamola, assinar a ordem de extradição do antigo ministro das Finanças de Moçambique para os EUA.

Chang é acusado pela justiça norte-americana de crimes financeiros relacionados com a contratação das dívidas ocultas, para as quais ele emitiu garantias enquanto ministro das Finanças.

Detido em Joanesburgo em Dezembro de 2018, por ordem de prisão emitida pelo Departamento de Justiça dos EUA, Chang lutou contra a sua extradição para os EUA, recorrendo à justiça sul-africana.

O Governo moçambicano entrou em cena. Contratou advogados para tentar extraditar Manuel Chang para Moçambique. Dois ministros da África do Sul chegaram a assinar ordens de extradição de Chang para Maputo, mas das duas vezes as decisões foram revertidas por decisões de tribunais sul-africanos.

A última decisão tinha sido tomada em Novembro de 2021, pelo Tribunal Superior de Recurso da RSA, divisão de Gauteng. O veredicto era de mandar extraditar Manuel Chang para os EUA, dando provimento a um recurso do Fórum de Monitoria de Orçamento (FMO).

A PGR de Moçambique recorreu, primeiro, ao Tribunal Supremo de Recurso da África do Sul e o recurso foi rejeitado. A PGR voltou a recorrer ao Tribunal Constitucional da RSA,

tendo sido o recurso rejeitado, esta quarta-feira, 24 de Maio, com o fundamento de que “não existe perspectiva do recurso ser bem sucedido”. Não é a primeira vez que um tribunal sul-africano rejeita um recurso da PGR com este mesmo fundamento.

Assim, nada mais sobra senão o ministro da Justiça da RSA assinar a ordem de extradição de Manuel Chang para os EUA. Não há prazo legal para o ministro tomar tal decisão, mas deve ser num tempo razoável para não manter Chang na prisão quando todos os recursos já foram esgotados.

Para além de Manuel Chang, outros dois moçambicanos são procurados pela justiça norte-americana em relação ao mesmo caso, nomeadamente António Carlos do Rosário e Teófilo Nhangumele. Os dois foram condenados a 12 anos de prisão pelo Tribunal Judicial da Cidade de Maputo, no primeiro processo julgado das dívidas ocultas.

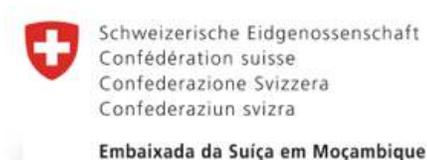
Para entender as etapas percorridas na justiça sul-africana desde a prisão de Manuel Chang em 2018 até a última decisão tomada hoje, consulte o artigo “Cronologia do processo da extradição de Manuel Chang”, disponível em <https://www.cipmoz.org/pt/2022/08/03/cronologia-do-processo-da-extradicao-de-manuel-chang/>

* Em caso de dúvidas, sugestões e questões relacionadas a esta nota, contacte: borges.nhamirre@cipmoz.org



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Parceiros:



Norwegian Embassy



Reino dos Países Baixos



Informação editorial

Director: Edson Cortez

Autor: Borges Nhamirre

Revisão de Pares: Edson Cortez

Revisão Linguística: Samuel Monjane

Propriedade: Centro de Integridade Pública

Rua Fernão Melo e Castro,
Bairro da Sommerschild, nº 124
Tel: (+258) 21 499916 | Fax: (+258) 21 499917
Cel: (+258) 82 3016391
[f](#)@CIP.Mozambique [t](#)@CIPMoz
www.cipmoz.org | Maputo - Moçambique